

# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## MANUAL DE ELABORAÇÃO

Aplicado à União e aos Estados,  
Distrito Federal e Municípios

8ª edição atualizada, válida para o exercício de 2009

(Portaria STN nº xxx, de xxx)

**Encaminhamento:** Assunto já discutido nas reuniões de subgrupo de operações de crédito nos dias 16/8/2007, 17/10/2007, 6/12/2007, 19/02/2008 e 16/04/2008. O assunto deverá ser retomado na próxima reunião de subgrupo, prevista para ocorrer no período de 26 a 28 de maio de 2008.

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
PG. (deste arquivo)	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES OU EXPLICITAÇÕES
3-6	Inclusão na parte introdutória, de explicações a respeito da nova abertura do demonstrativo (e sua importância); das operações a serem demonstradas e seus respectivos conceitos.
4 e 9	Definição de assunção, reconhecimento e confissão de dívidas, dentro do contexto do §1º do art. 29 da LRF. <u>Seria importante embasar-se, ou refutar-se, tais definições a partir de normativos legais e/ou pareceres jurídicos, o que ainda não foi possível. Foi feita consulta à PGFN a respeito da caracterização dessas operações como operações de crédito. Decidiu-se (Subgrupo do dia 16/04/08) pela supressão da linha “Parcelamentos de Dívidas Não-tributárias”, por entender-se que estas operações seriam espécies compreendidas na definição dessa linha. Qual valor a ser registrado? O valor dos acréscimos feitos ao principal? Ou, dependendo do caso, o valor das parcelas a serem pagas em exercício financeiro posterior? Ou deve ser considerado, em qualquer hipótese, o valor total do passivo objeto do parcelamento (incluindo o valor original da dívida)?</u>
5	Qual o processo simplificado adotado para as operações mobiliárias?
7	Reformulação integral do demonstrativo, com abertura de

	novas linhas e alterações das colunas, com o objetivo de espelhar as operações realizadas conforme sua relevância a luz da legislação fiscal. Não há mais a coluna “Credor” e também não são mais informados no demonstrativo os normativos legais que autorizaram as operações de crédito realizadas. Entende-se que tais informações devem constar do pedido de autorização feito ao Ministério da fazenda.
7 e 8	É possível segregar as operações mobiliárias em internas e externas? A dívida mobiliária deve constar do demonstrativo dos Estados, Municípios e Distrito Federal?
7 e 9	Operações derivadas de PPP como uma espécie do gênero “Aquisição Financiada de Bens”. Talvez devêssemos mudar o título da linha “Demais Aquisições Financiadas” logo abaixo, uma vez que provavelmente essa linha apresentará um saldo expressivo, maior do que a o da linha “Derivadas de PPP”.
9	Royalties e demais participações e compensações. Definiu-se, na Reunião de Subgrupo de 16/04/08, que constituem Operações de antecipação de Receitas.
11	Operações Equiparadas e Vedadas.
11	Demais valores considerados para fins de limite.
11	Operações de Crédito Não Incluídas no Limite. Quanto às Operações para a Melhoria da Administração de Receitas e Gestão Fiscal; Operações no Âmbito do Reluz e assemelhadas; e Operações de Reestruturação e Recomposição de Dívidas, <b><u>qual seria o tratamento quanto ao seu cômputo para fins de limites?</u></b> Seriam sempre autorizadas independente do cumprimento desses limites, <b><u>mas impactariam os limites quanto à realização de outros tipos de operação (procedimento atualmente utilizado)?</u></b> Ou simplesmente não contariam de forma alguma no cálculo de aferição do cumprimento dos limites? <b><u>Quanto ao parcelamento de dívidas tributárias, como poderia ser embasada juridicamente a exclusão dos seus efeitos para fins de limites? Foi elaborada uma consulta à PGFN com essas indagações.</u></b>
12 e 16	ARO realizada pela União. A RSF nº 48/2007 (art. 6º e 7º) faz menção a exclusão dessas operações apenas em relação ao limite da Regra de Ouro. Talvez seja necessário alterar o demonstrativo da União.
14	Inclusão da linha “TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÕES DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO”, visando dar transparência à metodologia já adotada na versão em vigor desse manual.

15	Reestruturação (ainda por ser feita por depender da aprovação do quadro principal do demonstrativo) do item “Particularidades”.
----	---

## LEGENDA:

XXXXXX - Incluído

XXXXXX - Dúvidas

### 1.1 ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Demonstrativo das Operações de Crédito<sup>1</sup> compõe apenas o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo<sup>2</sup> e abrange as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da receita, de cada ente da respectiva esfera de governo (Federal, Estadual ou Municipal).

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF determina que o Relatório de Gestão Fiscal deverá ser emitido quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos<sup>3</sup>, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. Esse prazo se encerra em 30 de maio, para o primeiro quadrimestre, em 30 de setembro, para o segundo quadrimestre, e em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência, para o terceiro quadrimestre.

Este Demonstrativo visa a assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas pelo ente da Federação, discriminando-as em face de sua relevância à luz da legislação aplicável, e a verificar os limites de que trata a LRF.

Os entes da Federação são a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município, neles compreendidos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, inclusive os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público, as administrações diretas e indiretas, inclusive fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes<sup>4</sup>. Todos os fundos financeiro-fiscais e os fundos de previdência estão incluídos no conceito de ente da Federação.

Empresa estatal dependente é a empresa controlada que tenha, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seu controlador, destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade.<sup>5</sup>

Empresa controlada, por sua vez, é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

A LRF define de forma exemplificativa o conceito de operação de crédito, que corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e

<sup>1</sup> LRF, art. 55, I, “d”.

<sup>2</sup> LRF, art. 55, § 1º.

<sup>3</sup> LRF, art. 48.

<sup>4</sup> LRF, art. 1º, §3º, e art. 2º, I.

<sup>5</sup> LRF, art. 2º, II e III e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001.

serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros<sup>6</sup>.

Dentre as características comuns a todas as operações de crédito, destacam-se:

- o fato de que envolvem sempre o reconhecimento, por parte do setor público, de um passivo real ou potencial que equivale a um aumento do endividamento público com reflexos para o montante da dívida consolidada do ente;
- a assunção de risco de não adimplemento de obrigações assumidas que, em geral, materializam-se na forma de cobrança de juros e demais encargos financeiros, os quais se somarão ao valor original da dívida; e
- o diferimento no tempo, uma vez que, em regra, as operações de crédito envolvem o recebimento de recursos financeiros, bens, ou prestação de serviços, os quais terão como contrapartida a incorporação de uma dívida a ser quitada em momento futuro.

**[C1] Comentário:** Preocupa-nos o fato de a previsão constante do §3º do art. 29 da LRF dispor que também integra a dívida pública consolidada as operações de crédito inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Ressalte-se que as operações de crédito nem sempre envolvem o usual crédito junto a uma instituição financeira, com o conseqüente ingresso de receita orçamentária nos cofres públicos, podendo haver inclusive operações de crédito que transcendem o Orçamento Público, tanto em seu aspecto temporal (Princípio da Anualidade Orçamentária<sup>7</sup>), quanto objetivo (Princípio Orçamentário da Exclusividade<sup>8</sup>). Nesse sentido, destaca-se o caso da assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas nos quais há a incorporação de um passivo sem nenhuma contrapartida na forma de serviços prestados ou de aumento do ativo da entidade, seja devido a ingresso de receita orçamentária, ou à incorporação ao patrimônio público de bens adquiridos.

Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências para a geração de despesa<sup>9</sup>. Por outro lado, não se caracterizam como operações de crédito as incorporações de passivos decorrentes de precatórios judiciais.

**[C2] Comentário:** Segundo a PGFN, no caso de homologação de acordo judicial, que de fato caracterize um financiamento de uma parte à outra, deve ser considerada como operação de crédito.

Não é considerado operação de crédito o pagamento parcelado de dívidas vencidas que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

- Há dotação orçamentária suficiente para atender as despesas correspondentes a todas as parcelas da dívida;
- Não comprometam créditos orçamentários de exercícios futuros; e
- Não implique em aumento do montante devido. Ou seja, não incorram na cobrança de juros ou quaisquer outros encargos financeiros como condição para que o parcelamento do débito seja realizado.

Portanto, o pagamento parcelado de obrigações que atenda cumulativamente aos três requisitos acima, não implica na incorporação de novos passivos ou no aumento de passivos já reconhecidos, tampouco comprometem a execução orçamentária de exercícios futuros. Na verdade, constituem-se em ajustes de fluxo de caixa da execução orçamentária da despesa sem qualquer ônus para a Administração Pública.

**[C3] Comentário:** Parece muito razoável ter-se este entendimento. Contudo, a leitura da PGFN e da COPEM tem sido muito mais restrita, independentemente, para a caracterização como operação de crédito do prazo do parcelamento ou da incidência ou não de juros.

Não se equiparam a operações de crédito a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas (administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes) integrantes do mesmo Estado, Distrito Federal ou Município<sup>10</sup>.

Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados<sup>11</sup>: a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação; a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços,

<sup>6</sup> LRF, art. 29, III.

<sup>7</sup> CF, art. 165, § 5º.

<sup>8</sup> CF, art. 165, § 8º.

<sup>9</sup> LRF, arts. 15, 16 e 29, § 1º.

<sup>10</sup> Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 3º, §2º, com redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 19/2003, art. 1º.

<sup>11</sup> LRF, art. 37.

mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes; e a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

Há de se ressaltar que não se pode confundir a legalidade da operação com a legalidade do registro contábil a ela pertinente, ou seja, a contabilização, de forma alguma, valida uma operação ilegal. Pelo contrário, tem a função de demonstrar, de forma transparente, o impacto lesivo que a realização desta operação vedada causa ao patrimônio público. Os roteiros e contas contábeis descritos na **Instrução de Procedimentos Contábeis nº. 1 – Operações de Crédito** –, aprovada pela Portaria (...) devem ser utilizados de forma a auxiliar o preenchimento do presente demonstrativo, uma vez que a citada instrução traz informações a respeito da contabilização de diferentes tipos de operação de crédito.

A concessão de garantia por parte de ente da federação deve observar os limites específicos estabelecidos pelo Senado Federal para essas operações<sup>12</sup>. As concessões de garantia têm como consequência o reconhecimento de um passivo em potencial, o qual pode vir a ser efetivamente incorporado ao Patrimônio Público do ente garantidor no caso de não adimplemento da obrigação pelo devedor original. Dessa forma resultam também na assunção de um risco fiscal, estando compreendidas no conceito geral de operações de crédito.

A LRF tem como objetivo garantir o equilíbrio fiscal dos entes da Federação, o que só é possível com a adoção de medidas de prevenção de riscos fiscais e de correção de desvios<sup>13</sup>. Por essa razão, o controle das operações de crédito mostra-se fundamental, visto que tais operações embutem um risco de não adimplemento das obrigações, geralmente refletido na cobrança de juros, os quais serão incorporados ao valor original da dívida.

**O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação**<sup>14</sup>.

**A operações de operações de crédito por ente da Federação depende de autorização prévia do Ministério da Fazenda** que, através da Secretaria do Tesouro Nacional, verifica os limites de endividamento aplicáveis aos entes pleiteantes e demais condições previstas na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001, alteradas pelas Resoluções nº 3 e 5, de 2002, nº 19 e 20, de 2003, nº 67, de 2005, nº 21, 32 e 40 de 2006, e nº 6 e 49 de 2007, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e demais normativos em vigor. Caso seja constatada a existência de operação de crédito com instituição não-financeira dentro dos limites e condições legais, porém sem autorização do Ministério da Fazenda, deve ser solicitada regularização, aplicando-se, neste caso, as mesmas exigências para os pleitos regulares, de acordo com os §§ 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 24 da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, incluídos pela Resolução nº 19/2003.

**[T4] Comentário:** Todas ?? Ou só as que envolvam receita orçamentária. Todas.

Os procedimentos para a correta instrução de processos de contratação de operação de crédito de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes encontram-se detalhados no Manual de Instrução de Pleitos – MIP, disponível no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.htm>.

Aplicam-se aos casos de novação<sup>15</sup> de dívida (contração de nova dívida para extinguir e substituir a anterior) e aos aditamentos de contratos de operações de crédito, assim entendidos os acréscimos e demais modificações em cláusulas contratuais, os requisitos exigidos para a contratação de operação de crédito.

As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.<sup>16</sup>

Os objetivos desse demonstrativo não se confundem com aqueles do Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (RREO, Anexo XI), uma vez que esse último engloba apenas as operações de crédito que envolvam o registro de uma Receita Orçamentária. O presente demonstrativo, por sua vez, **abrange toda e qualquer operação de crédito realizada** pelos entes da

<sup>12</sup> Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, § 2º e art. 9º (artigo com texto alterado pela Resolução do Senado Federal nº 03/2002) e Resolução do Senado Federal nº 48/2001, art. 7º, § 2º e art. 9º.

<sup>13</sup> LRF, art. 1º, § 1º.

<sup>14</sup> LRF, art. 32.

<sup>15</sup> A definição de novação de dívida consta do art. 360 do Código Civil Brasileiro – Lei nº 10.406 de 2002.

<sup>16</sup> LRF, art. 32, §2º.

Federação, independente de envolverem ou não o ingresso de receitas orçamentárias nos cofres públicos. Por esse motivo os valores apresentados nesses demonstrativos serão, em regra, diferentes e independentes.

O montante das receitas de operações de crédito ingressadas em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao das despesas de capital executadas. Tal regra, conhecida como regra de ouro, aplica-se, aos montantes constantes do Projeto de Lei Orçamentária, salvo se autorizado mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta e, também à execução financeira<sup>17</sup>, observado o seguinte:

- não serão computadas as despesas de capital realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;
- se o empréstimo ou financiamento for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital.

[T5] Comentário: Sugiro a exclusão desse texto, que deve ser parte da introdução do Anexo XI do RREO.

É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, excetuadas as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, ou a refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.<sup>18</sup> É também vedada a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo<sup>19</sup>.

Além da autorização do Ministério da Fazenda, a realização de operações de crédito depende, ainda, de:

- existência de **prévia e expressa** autorização para a contratação, **no texto** da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica **para o montante total da operação contratada**<sup>20</sup>;
- inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação **com entrada no exercício a que se refere o orçamento, quando houver**, exceto no caso de operações por antecipação de receita<sup>21</sup>;
- autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo<sup>22</sup>;
- autorização em lei específica nos casos de prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito<sup>23</sup> e de socorro a instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário<sup>24</sup>. Entende-se por lei específica aquela que regula exclusivamente determinada matéria.

A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, espécie do gênero operação de crédito, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deverá cumprir as exigências da LRF aplicáveis às operações de crédito<sup>25</sup> e, também as seguintes:

- Somente poderá ser realizada a partir do décimo dia do início do exercício, devendo ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano.
- Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir.
- Estará proibida a sua contratação enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada e, também, no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- Será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora, em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

<sup>17</sup> CF, art. 167, III e LRF, art.12, § 2º e 32, § 3º.

<sup>18</sup> LRF, art. 35.

<sup>19</sup> LRF, art. 36.

<sup>20</sup> LRF, art. 32, §1º, I.

<sup>21</sup> LRF, art. 32, §1º, II.

<sup>22</sup> LRF, art. 32, §1º, IV.

<sup>23</sup> LRF, art. 27, parágrafo único.

<sup>24</sup> LRF art. 28.

<sup>25</sup> LRF, art. 38.

## 1.1.1 Instruções de Preenchimento

<ENTE DA FEDERAÇÃO>  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
<PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO>

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE (I)</b>		
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Internas		
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Derivadas de PPPs		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita		
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receitas		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externas		
<Tipo de operação>		
<b>OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS – [LRF, art. 37] (II)</b>		
<b>DEMAIS OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (III)</b>		
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (IV) = (I + II + III)</b>		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO-SUJEITAS AO LIMITE (V)</b>		
Parcelamentos de Dívidas		
De Tributos		
De Contribuições Sociais		
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Por Antecipação da Receita Orçamentária -ARO [VI]		
Garantias Concedidas [VII]		
Operações para Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial [VIII]		
Operações no âmbito do Reluz [IX]		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (X) = (I + II + V)</b>		
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b> (a)	<b>%</b> <b>SOBRE</b> <b>RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		–
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (XI)</b>		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA</b>		
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>		
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS [XII]</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		

**[C6] Comentário:** Essa linha, parecidos, deve fazer parte de um check-listo do auditor do tribunal de contas e não do Demonstrativo, uma vez que se a operação foi realizada e está vedada, deve observar o rito do art. 33 da LRF.

**[C7] Comentário:** OPERAÇÕES SUJEITAS A REGRAMENTO PRÓPRIO – Segundo a PGFN não são consideradas operações de crédito os parcelamentos de INSS e FGTS, pena de impossibilidade à luz do art. 35.

**[C8] Comentário:** Tem limite próprio 7%

**[C9] Comentário:** Tem limite próprio 22% e tem demonstrativo próprio RGF

**[C10] Comentário:** Vide comentário abaixo

**[C11] Comentário:** Temos consulta à PGFN para saber se deve-se ou não fazer a verificação por ocasião da análise do RELUZ

**[C12] Comentário:** Esse conceito ainda está sendo construído. Mas há previsão para sua exclusão no §7º do art. 7º.

**[C13] Comentário:** Os limites máximos são dados nas Resoluções, poderemos incluir nos relatórios – fixos.

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS CONCESSÕES DE GARANTIAS

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (XIII) = (XIa + VIII + IX)

FONTE:

Notas:

1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.  
2 < Medidas Corretivas >

[C14] Comentário: Temos consulta na PGFN para saber se podemos dispensar para contratação de novas

[C15] Comentário: Não deve afetar novas

**VALOR** – Essa coluna identifica os valores realizados, no quadrimestre de referência e até o quadrimestre de referência, das operações de crédito externas e internas, classificadas conforme a sua relevância à luz da legislação fiscal em vigor; das operações vedadas e equiparadas a operações de crédito por força legal; das demais operações sujeitas ao limite; do total operações sujeitas ao limite; das operações de crédito não-sujeitas ao limite, inclusive a antecipação de receita orçamentária e do somatório de todas as operações demonstradas.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE (I)** – Nessa linha, registrar o total das operações de crédito sujeitas ao limite, tanto as externas quanto internas, classificadas conforme a sua relevância à luz da legislação fiscal em vigor, excetuadas tanto as operações equiparadas a operações de crédito, como aquelas não-sujeitas ao limite, visto que essas devem ser registradas em linhas específicas.

Operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros<sup>26</sup>.

**Mobiliária** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito mobiliárias, decorrentes de títulos emitidos pela respectiva esfera do governo.

**Interna** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito mobiliárias internas, decorrentes de títulos emitidos pela respectiva esfera do governo.

**Externas** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito mobiliárias externas, decorrentes de títulos emitidos pela respectiva esfera do governo.

**Contratual** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito contratuais, internas e externas, excetuadas tanto as operações equiparadas a operações de crédito, como aquelas não-sujeitas ao limite, visto que essas devem ser registradas em linhas específicas.

**Internas** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito contratuais internas, classificadas conforme a sua relevância à luz da legislação fiscal em vigor, excetuadas tanto as operações equiparadas a operações de crédito, como aquelas não-sujeitas ao limite, visto que essas devem ser registradas em linhas específicas.

**Abertura de crédito** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas realizadas sob a forma de abertura de crédito (mútuo financeiro). É o tipo mais comum de operação de crédito, que ocorre quando é solicitado um recurso junto a uma instituição financeira para pagamento posterior acrescido de juros e demais encargos contratualmente previstos.

**Aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil financeiro** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas realizadas sob a forma de aquisições financiadas de bens, inclusive aquelas feitas na forma de arrendamento mercantil financeiro, cuja peculiaridade é a existência de opção de compra ao fim do termo contratual.

[T16] Comentário: Faz sentido segregar essas operações em Internas e Externas?

<sup>26</sup> LRF, art. 29, III.



**Derivadas de PPP** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas realizadas sob a forma de aquisições financiadas de bens, inclusive aquelas feitas na forma de arrendamento mercantil financeiro, decorrentes de Parcerias Público-Privadas - PPP.

Caso a realização de uma PPP envolva a assunção de riscos pela Administração Pública que possam vir a afetar a sua situação fiscal, essa operação terá como consequência a incorporação de um passivo ao patrimônio público. Nessa situação, a contratação de PPP compreenderá a realização de uma operação de crédito no valor do passivo incorporado. Situações que ensejem a contabilização de passivos decorrentes de PPP são descritas pelo Manual de Parcerias Público-Privadas, aprovado pela Portaria(...).

**Demais Aquisições Financiadas** – Nessa linha, registrar o valor das Operações de Crédito Contratuais Internas realizadas sob a forma de outras aquisições financiadas de bens, inclusive aquelas feitas na forma de arrendamento mercantil financeiro, que não sejam decorrentes de PPP.

**Antecipação de receita** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas realizadas sob a forma de antecipação de receita. A antecipação de receita tem como consequência a incorporação de um passivo patrimonial pela entidade contratada, visto que os recursos antecipados, em regra, deverão ser devolvidos no caso de não concretização da operação ou da situação que cria o direito potencial ao recebimento. Dada a incerteza quanto à efetividade do ingresso desses recursos e a consequente incorporação de um passivo no patrimônio da entidade contratada, devido ao risco de não adimplemento da obrigação contratual, a antecipação de receita caracteriza-se como uma operação de crédito.

**Pela venda a termo de bens e serviços** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas realizadas sob a forma de recebimentos antecipados pela venda a termo de bens e serviços. Em regra, os recursos antecipados deverão ser devolvidos no caso de não concretização da operação de venda, ou seja, se os bens ou serviços não forem entregues ou prestados dentro dos termos contratuais estipulados.

**Demais Antecipações de Receita** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas realizadas sob a forma de outras antecipações de receita, que não sejam decorrentes de venda a termo de bens e serviços.

Serão registrados nessa linha, por exemplo, os valores correspondentes à captação de recursos a título de adiantamento ou antecipação de receitas que tenham como objeto créditos decorrentes do direito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de participação governamental obrigatória, nas modalidades de royalties, participações especiais e compensações financeiras, no resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos para fins de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental ou zona econômica exclusiva.

Ressalta-se que, quanto a essas participações governamentais obrigatórias, é vedado<sup>27</sup>:

- Ceder direitos relativos a período posterior ao do mandato do chefe do Poder Executivo, exceto para capitalização de Fundos de Previdência ou para amortização extraordinária de dívidas com a União;
- Dar em garantia ou captar recursos a título de adiantamento ou antecipação, cujas obrigações contratuais respectivas ultrapassem o mandato do chefe do Poder Executivo.

Caso essas vedações não sejam respeitadas, o valor corresponde a essas operações será considerado nessa linha do Demonstrativo, sem prejuízo das responsabilidades e providências a serem adotadas pela inobservância da legislação em vigor.

Também serão registradas nessa linha os valores das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO – que não tenham sido quitadas até o dia dez de dezembro de cada ano.

**Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)** – Nessa linha, registrar o valor das operações de crédito internas decorrentes de assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas, equiparados a operação de crédito pela LRF. Há de se observar, no entanto, que tais operações devem ser

<sup>27</sup> Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 5º, VI.

entendidas como incorporações de passivos expressamente autorizadas ou previstas em lei, em respeito ao princípio da legalidade que rege as atividades da Administração Pública.

Por outro lado, não se caracterizam como operações de crédito as incorporações de passivos decorrentes de precatórios judiciais. Não devem ser registradas nessa linha, portanto, os valores referentes a incorporações de dívidas resultantes de precatórios judiciais.

Nesse contexto, a assunção de dívida é a ação de tomar para si uma obrigação financeira que originariamente era de responsabilidade de um terceiro. O reconhecimento de dívida é a admissão por uma das partes, em meio a um processo judicial ou administrativo, de uma obrigação financeira para com a outra. A confissão de dívida configura-se como a admissão espontânea que a parte faz da realidade de um fato que lhe é desfavorável, favorecendo a parte contrária. Nesse último caso, a dívida não é objeto de avença, ou seja, sequer foi necessária a instauração de um processo judicial ou administrativo para que fosse reconhecida.

Nessa linha, será registrado, por exemplo, o valor das operações de crédito internas realizadas na forma de parcelamento de dívidas não-tributárias que incorram em aumento do montante devido ou que comprometam créditos orçamentários de exercícios futuros. Parcelamentos com essas características devem ser previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

Não é considerado operação de crédito o pagamento parcelado de dívidas vencidas que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

- Há dotação orçamentária suficiente para atender as despesas correspondentes a todas as parcelas da dívida;
- Não comprometam créditos orçamentários de exercícios futuros; e
- Não implique em aumento do montante devido. Ou seja, não incorram na cobrança de juros ou quaisquer outros encargos financeiros como condição para que o parcelamento do débito seja realizado.

Portanto, o pagamento parcelado de obrigações que atenda cumulativamente aos três requisitos acima, não implica na incorporação de novos passivos ou no aumento de passivos já reconhecidos, tampouco comprometem a execução orçamentária de exercícios futuros. Na verdade, constituem-se em ajustes de fluxo de caixa da execução orçamentária da despesa sem qualquer ônus para a Administração Pública.

**Outras Operações de Crédito** – Nessa linha, registrar o valor das Operações de Crédito Contratuais Internas que, pelas suas especificidades, não possam ser enquadradas em quaisquer das classificações descritas neste demonstrativo como, por exemplo, a venda de recebíveis com garantia (nas quais o vendedor ou cedente retém os riscos associados ao ativo vendido ou cedido). São passíveis de serem registradas nessa linha as operações que apresentem as seguintes características:

- o fato de que envolvem sempre o reconhecimento, por parte do setor público, de um passivo real ou potencial que equivale a um aumento do endividamento público com reflexos para o montante da dívida consolidada do ente;
- a assunção de risco de não adimplemento de obrigações assumidas que, em geral, materializam-se na forma de cobrança de juros e demais encargos financeiros, os quais se somarão ao valor original da dívida; e
- o diferimento no tempo, uma vez que, em regra, as operações de crédito envolvem o recebimento de recursos financeiros, bens, ou prestação de serviços, os quais terão como contrapartida a incorporação de uma dívida a ser quitada em momento futuro.

**Externas** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito contratuais externas, classificadas conforme a sua relevância à luz da legislação fiscal em vigor, excetuadas tanto as operações equiparadas a operações de crédito, como aquelas não-sujeitas ao limite, visto que essas devem ser registradas em linhas específicas.

**<Tipo da operação>** – Nessa linha, registrar, o tipo de operação de crédito externa, qual seja: Abertura de crédito; Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro; Antecipação de Receita, seja pela venda a termo de bens e serviços, sejam outras antecipações de receita; Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas, incluindo os parcelamentos de dívidas não-tributárias ou Outras

Operações de Crédito. As operações de crédito externas podem ser segregadas, neste demonstrativo, de forma semelhante às operações internas. A única diferença consiste em que não há linha específica para o registro de operações derivadas de PPP, porque essas operações enquadram-se apenas como operações de crédito internas.

**OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS – [LRF, art. 37] (II)** – Nessa linha, registrar as operações que foram vedadas e equiparadas pela LRF a operações de crédito, no caso de sua realização.<sup>28</sup>

Estão vedadas e equiparadas a operações de crédito, no caso da sua realização, sem prejuízo da verificação da legalidade das obrigações, bem como das eventuais cominações decorrentes<sup>29</sup>:

- A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;

- O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

- A assunção direta de compromisso, a confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, **não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes**;

- A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

A ausência de registro ou de evidenciação neste Demonstrativo das operações de crédito vedadas constitui prática contábil não recomendada, tendo como consequência a análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente. Reforça-se que não se aplica às empresas estatais dependentes a vedação quanto à assunção direta de compromisso, à confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito.

**DEMAIS OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (III)** – Nessa linha, registrar os valores que embora não decorram do conceito de operação de crédito propriamente dito, devem ser considerados para fins do limite imposto pelo Senado Federal por força da legislação em vigor.

É vedado à União aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, conceder qualquer subsídio ou isenção, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido, incentivos, anistias, remissão, reduções de alíquotas e quaisquer outros benefícios tributários, fiscais ou financeiros, não autorizados na forma de lei específica, que regule exclusivamente as matérias retro enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição<sup>30</sup>. Caso tal renúncia de receita ocorra sem autorização de lei específica, os valores a elas correspondentes serão registrados nessa linha do demonstrativo, sem prejuízo das responsabilidades e providências a serem adotadas pela inobservância da legislação em vigor.

A ausência de registro ou de evidenciação neste Demonstrativo das operações de crédito vedadas constitui prática contábil não recomendada, tendo como consequência a análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente.

**TOTAL DE OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (IV) = (I + II + III)** – Nessa linha registrar o valor total considerado para fins de apuração dos limites impostos à realização de operações de crédito, ou seja, a soma dos valores registrados nas linhas (I), (II) e (III).

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO SUJEITAS AO LIMITE (V)** – Nessa linha, registrar o saldo das operações de crédito que, embora possuam as características intrínsecas que definem o conceito, não são consideradas para fins do limite geral apresentado neste Demonstrativo, compreendendo o parcelamento de dívidas (tributárias, de contribuições sociais e de FGTS); as operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO; as concessões de garantias; as operações dos Estados, Municípios e Distrito Federal com finalidade de financiar melhorias na administração de receitas e na

**[T17] Comentário:** Incluir nesse conceito outras operações de crédito vedadas, como a do art. 35?

<sup>28</sup> LRF, art. 37.

<sup>29</sup> Conforme Nota Técnica GENOC/CCONT/STN nº 2.309/2007, e Instrução de Procedimentos Contábeis nº 1/2007.

<sup>30</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 5º; inciso V, com redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 03/2002; e Resolução nº 48/2007, do SF, art. 5º; inciso IV.

gestão fiscal, financeira e patrimonial; as operações ao amparo do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ; e operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas.

**Parcelamento de Dívidas (tributárias, de contribuições sociais e de FGTS)** – Nessa linha registrar o valor total das operações de parcelamento de dívidas decorrentes de tributos, contribuições sociais e de FGTS a pagar.

**Por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO (VI)** – Nessa linha, registrar o saldo das obrigações, provenientes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, a serem pagas após o quadrimestre de referência. Os valores correspondentes a operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, não são considerados para fins do limite geral imposto para a realização de operações de crédito, visto que existem limites específicos para a realização dessas operações<sup>31</sup>.

A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, obedecidas as condições previstas na LRF<sup>32</sup>. No último quadrimestre, o saldo de obrigações a pagar proveniente de operações de crédito por antecipação de receita deverá ser liquidado, inclusive com os juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano. Além disso, estará proibida nova contratação, enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada e, também, no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal<sup>33</sup>.

**Garantias Concedidas (VII)** – Nessa linha registrar o saldo global das garantias concedidas pela respectiva esfera de governo, que deve ser obtido do Anexo III – Demonstrativo de Garantias e Contragarantias do Relatório de Gestão Fiscal elaborado e publicado pelo Poder Executivo de cada ente da Federação.

Os valores correspondentes à concessão de garantias não são considerados para fins do limite geral impostos para a realização de operações de crédito, uma vez que existem limites específicos para a realização dessas operações<sup>34</sup>.

**Operações para Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial (VIII)** – Nessa linha registrar as operações de crédito externas e internas contratadas pelos Estados e pelos Municípios, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal. Na autorização dessas operações não são considerados os limites gerais impostos para a realização de operações de crédito<sup>35</sup>.

Dessa forma, sem prejuízo da verificação dos demais requisitos legais exigidos para a contratação de operações de crédito, não será critério impeditivo para a contratação desse tipo específico de operação o cumprimento dos limites descritos no artigo 7º da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

Contudo, a contratação dessas operações resulta na incorporação de passivos por parte do ente contratante com consequentes impactos em sua capacidade de pagamento. Nesse sentido, em consonância com as práticas de responsabilidade na gestão fiscal e em especial ao disposto no § 1º do artigo 1º da LRF, o valor contratado em operações dessa natureza será considerado em conjunto com as demais operações de crédito já contratadas pelo ente para fins de futuras autorizações pelo Ministério da Fazenda acerca de outros tipos de operação de crédito a serem contratadas no exercício financeiro.

**Operações no Âmbito do Reluz (IX)** – Nessa linha registrar as operações de crédito realizadas ao amparo do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ. Na autorização dessas operações não são considerados os limites gerais impostos para a realização de operações de crédito<sup>36</sup>.

<sup>31</sup> Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, § 2º e art. 10

<sup>32</sup> LRF, art. 32.

<sup>33</sup> LRF, art. 38, incisos II e IV, alíneas “a” e “b”.

<sup>34</sup> Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, § 2º e art. 9º, com redação alterada pela Resolução do Senado Federal nº 03/2002 e Resolução do Senado Federal nº 48/2007 art. 7º, § 2º

<sup>35</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 7º, § 3º, inciso I, com redação dada pela Resolução nº 19/2003, do SF, art. 2º

<sup>36</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 7º, § 3º, inciso II, com redação dada pela Resolução nº 19/2003, do SF, art. 2º

Dessa forma, sem prejuízo da verificação dos demais requisitos legais exigidos para a contratação de operações de crédito, não será critério impeditivo para a contratação desse tipo específico de operação o cumprimento dos limites descritos no artigo 7º da Resolução do Senado Federal nº43 de 2001.

Contudo, a contratação dessas operações resulta na incorporação de passivos por parte do ente contratante com conseqüentes impactos em sua capacidade de endividamento. Nesse sentido, em consonância com as práticas de responsabilidade na gestão fiscal e em especial ao disposto no §1º do artigo 1º da LRF, o valor contratado em operações dessa natureza será considerado em conjunto com as demais operações de crédito já contratadas pelo ente para fins de futuras autorizações pelo Ministério da Fazenda acerca de outros tipos de operação de crédito a serem contratadas no exercício financeiro.

**Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas** – Nessa linha registrar os valores correspondentes às operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas. Essas operações não são considerados para fins dos limites gerais impostos para a realização de operações de crédito.<sup>37</sup>

**[T18] Comentário:** Para a União, RSF 48/2007 art. 7, parágrafo 2º. Também fala de garantias.

**TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (X) = (I + II + V)** – Nessa linha, registrar o total realizado das operações de crédito e operações equiparadas a operações de crédito, no quadrimestre de referência e até o quadrimestre de referência, representando a soma das operações externas, internas, equiparadas e daquelas não-sujeitas ao limite, ou seja, o valor da linha (I) mais o valor da linha (II) mais o valor da linha (V).

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES** – Esse quadro destaca os valores e percentuais utilizados na aferição do cumprimento dos limites impostos à realização de operações de crédito pela legislação em vigor.

**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL<sup>38</sup>** – Nessa linha, registrar o valor da RCL até o quadrimestre de referência, que deve ser obtido do Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido da Execução Orçamentária elaborado e publicado pelo Poder Executivo de cada ente da Federação.

**TOTAL DE OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (XI)** – Nessa linha registrar, na coluna “Valor”, o valor total considerado para fins do limite geral das operações de crédito, definido por Resolução do Senado Federal. O montante deve ser idêntico ao valor registrado até o quadrimestre de referência na linha “TOTAL DE OPERAÇÕES SUJEITAS AO LIMITE (IV)”

Nessa linha registrar, na coluna “%SOBRE A RCL”, o resultado multiplicado por 100(cem) da divisão entre o valor registrado na coluna “Valor” da mesma linha e o valor da RCL.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL** – Nessa linha registrar, na coluna “Valor”, o saldo das obrigações, provenientes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, a serem pagas **após** o quadrimestre de referência, ou seja, o valor registrado na linha (VI), até o quadrimestre de referência.

Nessa linha registrar, na coluna “%SOBRE A RCL”, o resultado multiplicado por 100(cem) da divisão entre o valor registrado na coluna “Valor” da mesma linha e o valor da RCL.

**GARANTIAS CONCEDIDAS SOBRE A RCL** – Nessa linha registrar, na coluna “Valor”, o valor total das garantias concedidas até o quadrimestre de referência, ou seja, o valor registrado na linha (VII), até o quadrimestre de referência.

Nessa linha registrar, na coluna “%SOBRE A RCL”, o resultado multiplicado por 100(cem) da divisão entre o valor registrado na coluna “Valor” da mesma linha e o valor da RCL.

<sup>37</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 7º, § 7º

<sup>38</sup> LRF, art. 2º, IV.

**LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS (XII)** – Nessa linha registrar, na coluna “%SOBRE A RCL”, o número percentual correspondente ao limite geral de operações de crédito externas e internas do Poder ou órgão estabelecido por Resolução do Senado Federal.

Na coluna ao lado, “VALOR”, registrar o valor apurado pela aplicação do percentual correspondente sobre a RCL, até o quadrimestre do exercício de referência.

**LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA** – Nessa linha registrar, na coluna “%SOBRE A RCL”, o número percentual correspondente ao limite de operações de crédito por antecipação da receita do Poder ou órgão estabelecido por Resolução do Senado Federal.

Na coluna ao lado, registrar o valor apurado pela aplicação do percentual correspondente sobre a RCL, até o quadrimestre do exercício de referência. Se não houver limite definido pelo Senado Federal, colocar um “-” (traço), indicando que não há valor.

**LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS CONCESSÕES DE GARANTIAS** – Nessa linha registrar o número percentual correspondente ao limite de operações de crédito realizadas na forma de concessão de garantias do Poder ou órgão, estabelecido por Resolução do Senado Federal.

Na coluna ao lado, registrar o valor apurado pela aplicação do percentual correspondente sobre a RCL, até o quadrimestre do exercício de referência.

**TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (XIII) = (XIa + VIII + IX)** – Nessa linha registrar, na coluna “Valor”, o valor total considerado para fins de contratação de novas operações de crédito internas e externas no exercício. Não será utilizado para fins de aplicação de sanções ao ente da Federação o valor registrado nessa linha.

As novas contratações de operações de crédito internas e externas têm como pressuposto de realização a autorização por parte do Ministério da Fazenda, o qual, por sua vez, utiliza, entre outros critérios, a constatação de que o ente Federado não ultrapassou, ou, considerando-se o valor da nova contratação, pleiteada, venha a ultrapassar o limite definido para a contratação de operações de crédito externas e internas, estabelecido por Resolução do Senado Federal.

Ressalta-se que a LRF tem como objetivo garantir o equilíbrio fiscal dos entes da Federação, o que só é possível com a adoção de medidas de prevenção de riscos fiscais e de correção de desvios<sup>39</sup>. Nesse sentido, para fins de contratação de novas operações de crédito, devem ser também considerados os valores correspondentes a realização de operações que, embora tenham sido autorizadas pelo Ministério da Fazenda independentemente da verificação dos limites impostos por Resolução do Senado Federal, causem impactos na capacidade de pagamento do ente contratante. Enquadram-se nessa categoria as operações de crédito realizadas ao amparo do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ; e as operações de crédito externas e internas contratadas pelos Estados e pelos Municípios, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

Dessa forma, embora o cumprimento dos limites impostos pelas Resoluções do Senado Federal não sejam critério impeditivo para a contratação desses dois tipos específicos de operações, o valor contratado em operações dessa natureza será considerado em conjunto com as demais operações de crédito já realizadas pelo ente para fins de futuras autorizações pelo Ministério da Fazenda acerca de outros tipos de operação de crédito a serem contratadas no exercício financeiro.

Com base no exposto, deve ser registrado nessa linha, na coluna “VALOR”, o total considerado para fins de limite até o quadrimestre de referência (XIa) somado aos valores registrados até o quadrimestre de referência das operações para melhoria da administração de receita e da gestão fiscal, financeira e

<sup>39</sup> LRF, art. 1º, § 1º.

patrimonial(VIII); somados também aos valores correspondentes às operações no Âmbito do Reluz(IX). Ou seja, a soma das linhas (XIa); (VIII) e (IX).

**Nota:** – Na nota deverão constar informações relevantes que auxiliem no entendimento do demonstrativo pelos usuários das informações. Sem prejuízo de outras notas, esse demonstrativo apresentará as seguintes:

**1** – Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.

**2 <Medidas Corretivas>** – Nessa nota, a informação “<Medidas Corretivas>” deve ser substituída por texto que explicita as medidas corretivas adotadas ou a adotar, no caso do ente ultrapassar qualquer dos limites<sup>40</sup>.

## 1.1.2 Particularidades

### 1.1.2.1 União

~~O Demonstrativo das Operações de Crédito é elaborado pelo Poder Executivo e abrange as Operações de Crédito da União.~~

~~No Poder Executivo da União, o Demonstrativo das Operações de Crédito poderá ser elaborado a partir do SIAFI OPERACIONAL ou do SIAFI GERENCIAL, observando-se os procedimentos a seguir:~~

~~a) Identificar-se, no SIAFI, a conta contábil Receita Realizada;~~

~~b) Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;~~

~~c) Mês de referência;~~

~~d) Categoria Econômica da Receita – 2 Capital;~~

~~e) Subcategoria Econômica da Receita – 4 Operações de Crédito;~~

~~f) Especificam-se, nas fontes originárias de Receita, as Operações de Crédito Externas e as Internas;~~

Devido à relevância dos valores correspondentes às operações de crédito externas para a Esfera Federal, o Demonstrativo das Operações de Crédito da União deve evidenciar em linhas específicas os diferentes tipos de operação de crédito externas, do tipo contratual, realizadas. Ou seja, as operações externas contratuais deverão ser demonstradas em aberturas semelhantes àquelas utilizadas para as operações internas, com exceção da linha “Derivadas de PPP”, uma vez que essas operações enquadram-se apenas como operações de crédito internas.

As operações de crédito não incluídas no limite, no caso da União, correspondem apenas às operações de parcelamento de dívidas (tributárias, de contribuições sociais e de FGTS); as concessões de garantias; e as operações de refinanciamento do principal de dívidas. No âmbito federal, a Resolução nº 48/2007 do Senado Federal não estabelece limites específicos para as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO, tampouco exclui essas operações para fins do limite geral de contratação de operações de crédito estabelecido por essa mesma resolução<sup>41</sup>.

Assim, o Demonstrativo das Operações de Crédito, no caso da União, apresentará a seguinte forma:

Tabela 5.1 – Demonstrativo das Operações de Crédito – União

<ENTE DA FEDERAÇÃO>  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

<sup>40</sup> LRF, art. 55, inciso II.

<sup>41</sup> Resolução nº 48/2007 do Senado Federal, artigo 7º.

**[T19] Comentário:** Esse procedimento não detecta as operações de crédito que envolvem o recebimento de receita orçamentária.

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**<PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO>**

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR		
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>			
Mobiliária			
Interna			
Externa			
Contratual			
Internas			
Abertura de Crédito			
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro			
Derivadas de PPPs			
Demais Aquisições financiadas			
Antecipação de receita			
Pela venda a termo de bens e serviços			
Demais Antecipações de Receitas			
Assunção, reconhecimento e confissão de dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações de Crédito			
Externas			
Abertura de Crédito			
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro			
Antecipação de receita			
Pela venda a termo de bens e serviços			
Demais Antecipações de Receitas			
Assunção, reconhecimento e confissão de dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações de Crédito			
<b>OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS (II) – (LRF, art. 37)</b>			
<b>DEMAIS VALORES CONSIDERADOS PARA FINS DE LIMITE (III)</b>			
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE LIMITE (IV) = (I + II + III)</b>			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO INCLuíDAS NOS LIMITES (V)</b>			
Parcelamentos de Dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Garantias Concedidas (VII)			
Operações de Refinanciamento do Principal de Dívidas			
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (X) = (I + II + V)</b>			
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR (a)</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL</b>			
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE LIMITE (XI)</b>			
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>			
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS (XII)</b>			
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS CONCESSÕES DE GARANTIAS</b>			

**FONTE:****Notas:**

1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.

2 < Medidas Corretivas >



**Externas** – Nessa linha, registrar o valor total realizado das operações de crédito contratuais externas, classificadas conforme a sua relevância à luz da legislação fiscal em vigor, excetuadas tanto as operações equiparadas a operações de crédito, como aquelas operações não consideradas para fins dos limites deste demonstrativo, visto que essas devem ser registradas em linhas específicas.

As operações contratuais externas devem ser demonstradas na mesma abertura utilizada para as operações contratuais internas, com exceção da linha “Derivadas de PPP”, uma vez que essas últimas enquadram-se apenas como operações de crédito internas.

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO INCLUÍDAS NOS LIMITES (V)**– Nessa linha, registrar o saldo das operações de crédito que, embora possuam as características intrínsecas que definem o conceito, não são consideradas para fins de limites apresentados neste Demonstrativo, compreendendo o parcelamento de dívidas (tributárias, de contribuições sociais e de FGTS); as concessões de garantias; e as operações de refinanciamento do principal de dívidas.

**Parcelamento de Dívidas (tributárias, de contribuições sociais e de FGTS)** – Nessa linha registrar o valor total das operações de parcelamento de dívidas decorrentes de tributos, contribuições sociais e de FGTS a pagar.

**Garantias Concedidas (V)** – Nessa linha registrar o saldo global das garantias concedidas pela respectiva esfera de governo, que deve ser obtido do Anexo III – Demonstrativo de Garantias e Contragarantias do Relatório de Gestão Fiscal elaborado e publicado pelo Poder Executivo de cada ente da Federação.

Os valores correspondentes à concessão de garantias não são considerados para fins do limite geral impostos para a realização de operações de crédito, visto que existem limites específicos para a realização dessas operações<sup>42</sup>.

**Operações de Refinanciamento do Principal de Dívidas** – Nessa linha registrar os valores correspondentes às operações de refinanciamento do principal de dívidas. Essas operações não são consideradas para fins do limite geral impostos para a realização de operações de crédito<sup>43</sup>.

### 1.1.2.2 Estados, Distrito Federal e Municípios

O Demonstrativo das Operações de Crédito é elaborado pelo Poder Executivo e abrange as Operações de Crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É vedada a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município<sup>44</sup>. Excetuam-se dessa vedação o refinanciamento da dívida mobiliária e as operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda, em nome do Senado Federal até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo<sup>45</sup>.

Na RCL do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima, não serão considerados os recursos recebidos da União para atendimento das despesas com pessoal<sup>46</sup>.

<sup>42</sup> Resolução do Senado Federal nº 48/2007, art. 7º, § 2.

<sup>43</sup> Resolução do Senado Federal nº 48/2007, art. 7º, § 2.

<sup>44</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 15, *caput*, com redação dada pela Resolução nº 32/2006, do SF, art. 1º

<sup>45</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 15, § 1º, incisos I e II incluídos pela Resolução nº 40/2006, do SF, art. 1º

<sup>46</sup> LRF, art. 19, § 1º, inciso V.

As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados e Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora, em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

As operações de crédito externas e internas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observarão, além do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal, os seguintes limites<sup>47</sup>:

- o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro, exceto as operações de crédito por antecipação de receita<sup>48</sup>, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da RCL. Esse limite, para o caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, será calculado considerando o cronograma anual de ingresso, e projetando a RCL, mediante a aplicação do fator de atualização a ser divulgado pelo Ministério da Fazenda.

O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da RCL<sup>49</sup>.

São excluídas dos limites, para efeito de análise de autorização para contratação de operação de crédito<sup>50</sup>, as operações de crédito externas e internas contratadas pelos Estados e pelos Municípios, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal, bem como as operações ao amparo do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ. ~~Neste caso, sem prejudicar o preenchimento da Tabela 5, informar o valor dessas operações e o percentual sobre a RCL na nota do Demonstrativo, utilizando a Tabela 5.1.~~

~~O cálculo do comprometimento anual com amortizações será feito pela média anual, nos 5 (cinco) exercícios financeiros subsequentes, incluindo o da própria apuração, da relação entre o comprometimento previsto e a RCL projetada ano a ano.~~

**O limite de operações de crédito internas e externas não se aplica às operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas<sup>51</sup>.** ~~Neste caso, sem prejudicar o preenchimento da Tabela 5, informar o valor dessas operações e o percentual sobre a RCL na nota do Demonstrativo, utilizando a Tabela 5.1.~~

~~O limite de comprometimento anual com amortizações não se aplica às operações de crédito que, na data da publicação da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, estejam previstas nos Programas de Ajuste dos Estados<sup>52</sup> e, no caso dos Municípios, nos contratos de refinanciamento de suas respectivas dívidas com a União, ou aquelas que, limitadas ao montante global previsto, vierem a substituí-las. Neste caso, informar o valor dessas operações e o percentual sobre a RCL na nota da tabela, utilizando a Tabela 5.1.~~

### 1.1.2.3 Municípios com População Inferior a 50.000 Habitantes

É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal<sup>53</sup>.

A divulgação do relatório deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre. Esse prazo encerra-se em 30 de julho, para o primeiro semestre, e em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência, para o segundo semestre.

<sup>47</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, artigo 7º.

<sup>48</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 7º, § 2º.

<sup>49</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 10.

<sup>50</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 7º, § 3º, com redação dada pela Resolução nº 19/2003, do SF, art. 2º.

<sup>51</sup> Resolução nº 43/2001, do SF, art. 7º, § 7º.

<sup>52</sup> Lei nº 9.496/97.

<sup>53</sup> LRF, art. 63.

Na divulgação semestral será utilizada a tabela 5.2 e no seu preenchimento devem constar informações a respeito das operações de crédito realizadas no semestre de referência e ~~acumuladas~~ até o semestre de referência.

Tabela 5.2 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Municípios com População Inferior a 50.000,00 Habitantes

<ENTE DA FEDERAÇÃO> RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL <b>DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL <PERÍODO DE REFERÊNCIA PADRÃO>		
RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>		
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Internas		
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Derivadas de PPPs		
Demais Aquisições financiadas		
Antecipação de receita		
Pela venda a termo de bens e serviços		
Demais Antecipações de Receitas		
Assunção, reconhecimento e confissão de dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externas		
<Tipo de operação>		
<b>OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS (II) – (LRF, art. 37)</b>		
<b>DEMAIS VALORES CONSIDERADOS PARA FINS DE LIMITE (III)</b>		
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE LIMITE (IV) = (I + II + III)</b>		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO INCLuíDAS NOS LIMITES (V)</b>		
Parcelamentos de Dívidas		
De Tributos		
De Contribuições Sociais		
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Por Antecipação da Receita Orçamentária -ARO (VI)		
Garantias Concedidas (VII)		
Operações para Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial (VIII)		
Operações no âmbito do Reluz (IX)		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (X) = (I + II + V)</b>		
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR (a)</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE LIMITE (XI)</b>		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA</b>		
<b>GARANTIAS CONCEDIDAS</b>		
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS (XII)</b>		

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS CONCESSÕES DE GARANTIAS		
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (XIII) = (XIa + VIII + IX)		

## FONTE:

## Notas:

1 Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.

2 < Medidas Corretivas >